



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO VII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Ângelo Vanhoni</i> |
| <i>Líder da Oposição</i> | <i>Durval Amaral</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Carlos Simões</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Antonio Anibelli</i> |
| <i>PP</i> | <i>Duílio Genari</i> |
| <i>PT</i> | <i>Elton Carlos Welter</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Barbosa Neto</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Luiz Carlos Martins</i> |
| <i>PL</i> | <i>Mauro Moraes</i> |
| <i>PPS</i> | <i>Ratinho Júnior</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Dr. Luciano Ducci</i> |

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Atos da Comissão Executiva:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 087/2003

Autoria: Deputado Nelson Justus

SÚMULA: Propõe a criação da CIRETRAN de Guaratuba.

1º - A criação da CIRETRAN de Guaratuba, tendo como área de abrangência os municípios da região litorânea do Estado.

2º - A criação da referida CIRETRAN, que já foi autorizada pela Lei nº 12.237, de 27 de julho de 1998, viria atender os residentes dos municípios na realização de exames médicos, práticos e teóricos para obtenção ou renovação da carteira de habilitação, que são obrigados a irem à Paranaguá, Joinville ou Curitiba, acarretando grandes transtornos e despesas de locomoção.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 088/2003

Autoria: Deputado Nelson Justus

SÚMULA: Propõe a criação da CIRETRAN de Piraí do Sul.

1º - A criação da CIRETRAN de Piraí do Sul, tendo como área de abrangência o município de Piraí do Sul e o município de Tibagi.

2º - A proposição se justifica tendo em vista que os municípios de Piraí do Sul e Tibagi, atualmente, fazem parte da CIRETRAN de Castro, dificultando o acesso da população de Piraí do Sul e Tibagi aos serviços oferecidos pela CIRETRAN.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 089/2003

Autoria: Deputado Barbosa Neto

SÚMULA: Reivindica para a Prefeitura de Londrina a utilização de terreno para construção de uma Capela Mortuária no Parque Ouro Branco.

1º - A autorização para a Prefeitura de Londrina utilizar 1000m² de um terreno, na confluência da rua das Orquídeas com a das Begônias, na Praça do Parque Ouro Branco para a construção de uma Capela Mortuária.

2º - Este é um antigo anseio da população desta região que não possui local apropriado para velar os corpos de seus entes.

3º - O único espaço nas proximidades para tal fim, é o salão do Centro Comunitário que está sempre ocupado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 090/2003

Autoria: Deputado Mauro Moraes

SÚMULA: Propõe a criação da CIRETRAN de Piraí do Sul.

1º - Propõe ao Poder Executivo a instalação e manutenção de creches nas escolas e colégios estaduais da rede pública de ensino, para os filhos e netos dos alunos que estudem nos cursos noturnos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a evasão escolar ocorre em grande número na faixa etária de pré-adolescência e adolescentes, muitas vezes em razão da gravidez precoce que atinge principalmente as classes sociais menos favorecidas. Assim, a presente indicação tem por objetivo incentivar e viabilizar a manutenção desses jovens nas escolas.

A medida de instalar creches nas escolas estaduais, tornará possível o estudo, no período noturno, para alunos que se encontram na situação descrita. É dever do Estado garantir a tranquilidade das pessoas que desejam estudar e não encontram possibilidade em razão da existência de filhos em idade que necessitam atenção redobrada por parte dos pais. Tal garantia pode ser resolvida com uma ação simples, na qual seja a instalação de creches nas escolas estaduais para os filhos dos estudantes.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 091/2003

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere a definição de data para a execução de casamentos comunitários em todos os Municípios do Estado do Paraná.

1º - Que seja definida uma data única para a realização de casamentos comunitário no Estado do Paraná, para todas as pessoas carentes que apresentarem atestado de pobreza junto ao Oficial de Cartório do seu município, devendo este deixar em edital, num lugar onde todos possam ter acesso, a data da realização da cerimônia, bem como as providências a serem tomadas por aquelas que tiveram interesse em participar do mesmo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Baseado no Código Civil, artigo 3º da Lei nº 1060/50, o qual concede benefício às pessoas necessitadas, isentando-se de pagamento de quaisquer taxas relativas à lavratura de procuração por instrumento público, e, devido ao fato essas mesmas pessoas geralmente não possuem informação sobre os seus direitos, permanecendo unidas de fato, mas não de direito, não regularizando sua situação por falta de recursos, é que se faz esta solicitação como um ato de cidadania.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 092/2003

Autoria: Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA: Sugere a construção de um Ramal Ferroviário, ligando a Região Centro a Região Sudoeste do Estado do Paraná.

1º - Construção de um ramal ferroviário fazendo a ligação férrea entre a região Centro e a região Sudoeste do Estado do Paraná, iniciando no município de Guarapuava (Ferroeste) finalizando na região Sudoeste.

2º - A construção de uma estação de carregamento e descarregamento de produção agrícola e produtos industrializados respectivamente em pontos estratégicos de municípios da região Sudoeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como objetivo sugerir ao Governo do Estado a construção de um ramal ferroviário na FERROESTE, que será iniciado próximo ao município de Guarapuava e fará ligação com a região Sudoeste do Estado.

Trata-se de uma reivindicação da população sudoestina e das entidades AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste, ACAMSOP, 13 e 14 - Associações dos vereadores e vereadoras do Sudoeste e demais entidades e organizações representativas, além de muitas lideranças regionais que participaram da discussão e da elaboração do PPA 2004/2007 do Sudoeste do Paraná realizado no município de Francisco Beltrão no mês de junho deste ano.

Um braço da ferrovia, na verdade, é uma grande necessidade da nossa região e claro um instrumento propulsor do tão esperado desenvolvimento regional. A região sonha com as melhorias dos transportes, por entender que a ligação com outras regiões através desta espécie de infra-estrutura, proporcionará uma melhor integração com regiões mais desenvolvidas e, portanto, detentoras de tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento organizado na nossa região.

Nossa população, com aproximadamente 600 mil habitantes, paga muito caro pelas mercadorias e serviços vindos das demais regiões do Estado, e todos sabemos que a instalação de uma ferrovia reduziria significativamente os custos dessas mercadorias e produtos industrial-

izados, bem como aumentaria a receita dos produtos por ela transportados.

O frete, necessário para o escoamento das safras, acaba tomando do agricultor uma parcela considerável daquele que seria seu lucro, pois, além de a região estar distante cerca de 700 quilômetros do Porto de Paranaguá, as rodovias da região que fazem a ligação às demais regiões do Estado, estão em péssimas condições de conservação, além de nenhuma delas ser duplicada e, a cada nova safra, as já existentes pioram.

Para melhor compreensão, a FERROESTE está a cerca de 100 quilômetros de distância do local onde se pretende construir a estação Sudoeste e o custo total da referida obra gira em torno de 200 milhões de reais, segundo cálculos elaborados por pessoas com algum tipo de conhecimento específico.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 093/2003

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere a adoção de medidas de apoio aos pescadores profissionais..

1º - A criação de um programa de criação de peixes em tanques e redes, aliado a aquisição de áreas para cultivo convencional e gerenciamento pelas colônias ou Associações de Pescadores.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de sugestão que visa, precipuamente, criar condições para que um grande número de pescadores profissionais possam exercer sua profissão com dignidade e, também, dar sustento à sua família, já que a pesca, sendo praticada apenas em moldes artesanais, não serve para o desenvolvimento econômico e social que desejamos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 094/2003

Autoria: Deputado José Maria Ferreira

SÚMULA: Propõe a transferência da jurisdição do Município de Santo Antonio do Paraíso da CIRETRAN de Assaí para a CIRETRAN de Cornélio Procopio.

1º - A relação da população do município de Santo Antônio do Paraíso é mais intensa com o município de Nova Fátima que está vinculado a Cornélio Procopio.

2º - A distância é menor entre os municípios de Santo Antônio do Paraíso e Nova Fátima, município que possui atendimento de auto-escola, em comparação com Santo Antônio do Paraíso e Assaí.

3º - Diante disto, venho propor a transferência da jurisdição do município de Santo Antônio do Paraíso,

atualmente vinculada à CIRETRAN de Assaí para a CIRETRAN de Cornélio Procópio, pois desta forma estaríamos atendendo aos interesses manifestados da comunidade, administrativamente.

4º - Tanto as lideranças quanto a população, entendem que seriam melhores atendidos mudando a circunscrição da CIRETRAN de Assaí para Cornélio Procópio, pois já buscam esta cidade para atendimento de saúde, bancos e outros serviços.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 096/2003

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere a contratação de funcionários no IML de Ponta Grossa.

1º - Contratação, em caráter emergencial, de auxiliares de necropsia e motoristas para o Instituto Médico Legal do município de Ponta Grossa.

2º - Melhoria nas condições de trabalho tais como higiene, segurança, materiais de uso constante e laboratórios melhor equipados.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O IML de Ponta Grossa funciona, como a maioria dos IML's do nosso Estado, em precárias condições de atendimento, com poucos funcionários efetivos - o que provoca sobrecarga de trabalho em virtude do grande número de municípios atendidos - e ambientes com baixos níveis de segurança utilizando materiais de laboratórios inferiores aos mínimos exigidos para dirimir riscos biológicos.

Pelas razões expostas e em face de tal solicitação ser de fundamental importância para a manutenção do atendimento do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, justifica-se o atendimento da presente reivindicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 097/2003

Autoria: Deputado Nelson Justus

1º - A instalação de Posto do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN-PR) no município de Guaratuba.

2º - A solicitação justifica-se tendo em vista que os moradores do município e região são obrigados a deslocarem-se até Paranaguá para requisitar quaisquer documentos, prestar exames psicotécnicos e práticos para retirada ou renovação de Carteira de Habilitação, demandando várias viagens e despesas até a finalização da documentação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 098/2003

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere a implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal - IML, no Município de Medianeira.

1º - A instalação de uma unidade do Instituto Médico Legal - IML no município de Medianeira, que atenderá as necessidades dos municípios de Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Matelândia, Missal, Itaipulândia, Serranópolis, entre outros.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de sugestão que visa beneficiar, a princípio, os municípios localizados a um raio de 30 quilômetros do local indicado para implantação, sendo que estes totalizam, aproximadamente, 99.000 habitantes, havendo ainda, a possibilidade de outros municípios fazerem parte do grupo, e sugerem até uma parceria entre si para garantir a manutenção do mesmo. A implantação desse órgão estadual trará um benefício social para toda a região, pois atualmente o atendimento é feito no município de Foz do Iguaçu, localizado a 64 quilômetros de distância. Somado a isto, a demora para a liberação dos corpos causa um grande desgaste psicológico aos familiares dos falecidos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 099/2003

Autoria: Deputado Hermes Fonseca Filho

1º - O número de regiões administrativas - 20 - do Estado é insuficiente para atender as demandas regionais com eficiência e qualidade aos usuários dos serviços públicos do Estado.

2º - Há enormes hiatos entre as sedes das regiões existentes.

3º - Considerando que o aumento do número de regiões, SMJ, poderá oferecer melhores e mais ágeis serviços à população do Estado, propõem que se realizem estudos para ampliar o número de regiões.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.12.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 100

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Propõe estudos para a implantação de Centros Administrativos nas sedes das regiões administrativas do Estado.

1º - Nas sedes das regiões administrativas do Estado os órgãos de governo estão instalados em prédios diversos, alguns próprios e outros locados a preços muito altos.

2º - Há, nessas sedes, prédios próprios do Estado que poderiam ser reformados e adaptados para abrigar, senão a totalidade, a maioria dos órgãos regionais de governo com uma grande economia de custos.

3º - Além disso, para os usuários haveria um ganho de qualidade no atendimento.

4º - Diante do exposto, propomos a V. Exa. que se desenvolvam ações no sentido de se instalar esses Centros Administrativos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.12.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 101

Autoria: Deputado Cleiton Kielse

SÚMULA: Propõe a doação de veículo para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Ortigueira.

1º - A doação de veículo marca Kombi, placas AKH-4046, ano de fabricação 2002, chassi 9BWGB07X32PO12199, de propriedade do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Ortigueira.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo grande trabalho desta entidade frente à sociedade, uma vez que visa a promoção da criança e do adolescente; programa de combate às carências nutricionais - PCCN; programa de aleitamento materno; programa de amparo a gestantes e programas de amparo sócio-econômico.

É bom ressaltar que durante o ano em curso será implantado no Município de Ortigueira, o programa de redistribuição de pão através da padaria recém adquirida pela instituição que será beneficiada com a presente doação, já que o veículo acima caracterizado será utilizado na distribuição de pães.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes pares a aprovarem a presente proposição, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do Município de Ortigueira.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 102

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Propõe o estabelecimento de prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao Instituto Ambiental do Paraná.

1º - Estabelecer para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), prazos definidos para respostas a pedidos elaborados junto aos seus órgãos, por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.

2º - Os pedidos relativos à política de meio ambiente, recursos hídricos, cartografia e agrária-fundiárias, deveriam, de acordo com sua complexidade, serem respondidos no prazo máximo de 60 dias.

3º - Em casos onde a matéria for de natureza complexa, em que se exija complementação de ordem técnica inovadora, o prazo para apresentação de resposta poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

4º - Os prazos começariam a fluir a partir de efetivado o protocolo junto aos órgãos do IAP.

5º - A partir da entrada em vigor da presente lei, presidente do IAP deverá estabelecer, no prazo de 10 (dez) dias, portaria onde será fixado prazo para cumprimento das diversas espécies de pedidos, tudo de acordo com a complexidade da matéria, obedecendo ao prazo de 60 (sessenta) dias.

6º - Os prazos estarão interrompidos, quando se fizerem necessários esclarecimentos sobre o pedido. Para tanto, o solicitante será intimado no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

7º - O solicitante do pedido administrativo poderá entendê-lo como aceito, em caso de não ocorrer resposta após 90 (noventa) dias da formulação do mesmo junto ao IAP.

8º - o solicitante somente poderá proceder de acordo com seu pedido após comunicar o IAP, sendo defeso qualquer extrapolação.

9º - O solicitante deverá, ainda, estar munido de certidão, expedida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, onde conste que seu pedido não foi apreciado.

10 - Tendo o solicitante realizado o seu pedido sem comunicar o IAP, bem como de não se encontrar munido de certidão negativa, fica obrigado ao pagamento de multa entre R\$1.000,00 (mil reais) a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de ocorrer prejuízo ambiental pelo ato praticado, ficando também obrigado ao reparo do dano ambiental causado.

11 - Ao solicitante que sofrer danos e prejuízos pela ausência de atendimento ao pedido administrativo no prazo estabelecido é garantida a justa indenização, que compreenderá o pagamento do dano material, juros de mora a partir da ocorrência do evento danoso, correção monetária e o dano moral causado.

12 - Ao Instituto Ambiental do Paraná é obrigatória a manutenção de setor administrativo e verba específica para eventual correção de prejuízo causado,

nos dados de solicitações não atendidas. As verbas e serviços serão destinados aos prejuízos tidos como imprescindíveis para a moradia e sustento do ofendido.

13 - Ao funcionário que der causa ou não cumprimento dos prazos para resposta aos pedidos, seria aplicado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - multa;

V - destituição de função;

VI - demissão;

VII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

14 - As infrações deverão ser apuradas com o devido processo administrativo, onde serão garantidos os exercícios da ampla defesa e do contraditório ao funcionário público.

15 - Em caso de culpa devida a negligência, será aplicada a pena de destituição de função.

16 - Apurada a existência de dolo por parte do funcionário em caso de extrapolação do prazo para o atendimento ao pedido administrativo a pena aplicada será a de demissão; em caso do funcionário público ter auferido vantagem indevida em função do cargo, ser-lhe-á aplicada, também, a pena de cassação de aposentadoria.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.02.2004

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação pretende estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para o Instituto Ambiental do Paraná, para responder aos pedidos administrativos e consultas formuladas pelos cidadãos e por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Tem-se conhecimento de que inúmeras solicitações administrativas deixam de ser atendidas em tempo hábil, causando prejuízos aos cidadãos e empresários.

Observa-se, também, que não possui o cidadão outra medida para conquistar seu direito que não se socorrer ao Poder Judiciário. Ocorre, porém, que o mesmo apenas pode declarar o direito do cidadão e das pessoas jurídicas em obterem uma resposta, pelo fato da inexistência de legislação a respeito e da proibição em conceder antecipadamente a tutela face à irreversibilidade da medida se concedida de imediato, como podemos visualizar pelo seguinte arresto.

Processo: 135472700.

Origem: Terra Rica - Vara Única.

Nº do Acórdão: 23149.

Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível.

Relator: Péricles Bellusci de Batista Pereira.

Data de Julgamento: Julg: 10/06/2003.

Decisão: Acórdam os integrantes da primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao

agravo de instrumento, nos termos do voto do relator. Ementa: agravo de instrumento - Ação Cível Pública - Reservatório de Rosana - danos ao meio ambiente - tutela antecipada - retaliação - impossibilidade.

"Descabida é a concessão de tutela antecipada que não se destina a evitar ou reparar danos ambientais, mas serve apenas como medida de retaliação à requerida por não demonstrar interesse na reparação voluntária dos danos que já teriam sido produzidos." Isto porque, não havendo definição judicial a respeito de tais danos é do dever de reparação, impedimento dos estudos ambientais a cargo dos órgãos oficiais (IAP e Ibama), em nada auxiliaria a pretensão do autor da ação civil pública, mas, ao contrário, privaria o juízo de parecer técnico que poderia até apontar irregularidades na atuação da requerida. "Ademais, para o caso, a tutela antecipada encontra-se, sendo devida sua cassação."

Desta forma, o presente projeto visa a segurança do cidadão em, obter uma resposta administrativa de seu pleito em tempo hábil, evitando-se, assim, prejuízos ao cidadão e ao Estado do Paraná, responsável objetivamente pelas omissões causadas pelos seus funcionários, como informa a Constituição Federal em seu artigo 37:

"§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito e regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."

A presente indicação resguarda, também, a proteção ao meio ambiente, uma vez que impõe ao cidadão o reparo, se houver, do dano ambiental causando, bem como aplicação de multa.

Por outro lado, uma resposta ágil do Estado registrará um aumento na produção, na pesquisa, em empregos, em outros, sendo, pois, necessária aos anseios dos cidadãos.

Sendo assim, apresenta-se a presente indicação, para submeter à apreciação desta Casa de Leis, e estando em conformidade com a legislação pertinente, espera-se contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 103

Autoria: Deputado Luciano Ducci

SÚMULA: Solicita a redução de tarifa de energia elétrica para os hospitais do Paraná conveniados com o Sistema Único de Saúde.

1º - Reduzir as tarifas referentes ao consumo de energia elétrica para os Hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Estado do Paraná.

2º - Promover uma redução da tarifa igual a porcentagem média anual de leitos ocupados por doentes do SUS de modo que, por exemplo, se o Hospital ocupar 70% de seus leitos com doentes do SUS terá redução tarifária também de 70%.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Os hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde vivem uma grave crise, configurada a partir, dentre outros, dos seguintes fatos:

1 - desde 1995 os valores dos procedimentos hospitalares de suporte ao tratamento dos doentes do SUS (hospedagem, alimentação, serviços de enfermagem) não sofrem reajustes;

2 - no mesmo período, a inflação rompeu a barreira dos 150%;

3 - os reajustes do gás de cozinha, da energia elétrica, da água, dos serviços telefônicos e do transporte coletivo (vale-transporte de funcionários), foram superiores à inflação e os da cesta básica foram, em média, de 70%;

4 - vários insumos hospitalares são indexados ao dólar que triplicou de valor no período;

5 - as necessárias exigências que fazem os diversos órgãos fiscalizadores das atividades hospitalares (Vigilância Sanitária, Conselhos de Classe, Entidades Trabalhistas), tornam o custo da manutenção da estrutura física bastante superior ao das construções em geral.

Esta prolongada crise de financiamento tem gerado:

1 - o sucateamento tecnológico dos estabelecimentos hospitalares e a impossibilidade do cumprimento dos adequados padrões de qualidade;

2 - o achatamento dos salários do pessoal do Setor com a conseqüente queda da qualidade e da confiabilidade dos serviços;

3 - o fechamento de diversas unidades hospitalares.

Neste momento, as entidades que representam os hospitais de nosso Estado, estão alertando a todas as autoridades - do Executivo, do Legislativo e do Judiciário - que os efeitos da crise atingiriam limites insuplantáveis no âmbito do Setor, e que todos aqueles que possam mobilizar-se no sentido de aminizá-la devem agir com urgência, a fim de evitar o quadro catastrófico que, inexoravelmente, se avizinha.

Constituirá tal quadro, na impossibilidade de manter os serviços em funcionamento e na intensificação do fechamento de unidades hospitalares, ou seja, no desabastecimento deste serviço essencial que, no caso dos hospitais privados do Paraná, é responsável por 85% dos atendimentos hospitalares para os usuários do SUS.

Diante disso, tornam-se imprescindíveis todas as medidas capazes de minorar essa crise iminente, entre elas, aquelas que são objeto desta indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 104

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere a inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH, na Lei nº 13214 de 29/06/2001.

1º - A inclusão do produto classificado na posição 1902 da NBM/SH, no rol daqueles produtos beneficiados pela Lei nº 13.214 de 29/06/2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 13214/2003 de 29/06/2001, assim como a Lei nº 13332/2003 de 26/11/2001, trouxeram a possibilidade de, via tratamento tributário diferenciado, inserir no mercado consumidor nacional, produtos industrializados no Paraná.

É notório que sem o tratamento tributário diferenciado, os produtos paranaenses perdem competitividade, gerando, destarte, o fechamento de empresas e o desemprego como conseqüências imediatas.

A presente indicação visa convencer a autoridade fazendária do Paraná, no sentido de incluir o produto-macarrão no rol daquelas mercadorias cuja carga tributária foi reduzida de 12% para 7% nas operações interestaduais.

Algumas indústrias paranaenses de macarrão estão sem possibilidade de competir com fabricantes de fora do Estado, visto que a carga hoje incidente é superior àquela utilizada por outros Estados, criando uma concorrência desleal com os fabricantes locais, daí a necessidade de novo tratamento que iguale as condições.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 105

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, através da SANEPAR, Programa de Limpeza de Fossas Sépticas para a população de baixa renda que resida em locais em que não haja serviço de esgoto

1º - Autoriza o Poder Executivo a criar, através da Sanepar, programa de limpeza de fossas sépticas, para população de baixa renda que resida em locais em que não haja serviço de esgoto.

2º - O serviço prestado será parcelado em 10 (dez) vezes sendo cobrado nas faturas de água e será executado a cada 02 (dois) anos, conforme planejamento prévio a ser realizado pela Sanepar.

3º - Ficam o Governo do Estado e a Sanepar autorizados a celebrar convênios e ou contratação de terceiros para a execução dos serviços de limpeza das fossas sépticas.

4º - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para implantação do programa de que trata a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O tanque séptico, mais conhecido como fossa séptica vem sendo utilizado há mais de 100 anos como complemento a benfeitorias complementares a moradias. Foi a primeira unidade inventada para o tratamento de esgotos locais e até hoje é a mais extensivamente empregada. A manutenção e limpeza das fossas sépticas é feita por empresas de desentupimento e exige uma periodicidade máxima de dois anos para que seja mantida a integridade do solo e possíveis lençóis freáticos existentes no entorno.

Sabidamente, as populações de baixa renda não dispõem de condições financeira para executar a manutenção dessas fossas sépticas e acabam perfurando outras assim, que se esgotem as que estão em uso, o que provoca aumento de risco de poluição ambiental.

A presente Indicação sugere a criação de Programa Estadual de disponibilização deste serviço, através da Sanepar, com pagamento diluído em até 10 (dez) vezes, cobrado nas faturas mensais de água, criando assim possibilidade de que as famílias carentes possam arcar com os custos.

Face às razões elencadas, justifica-se a proposição da presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 106

Autoria: Deputado Vanderlei Iensen

SÚMULA: Sugere a reativação do contrato de transporte ferroviário com a empresa Cimento Paraná.

1º - A viabilidade da reativação do contrato de transporte ferroviário com a máxima urgência, entre a ALL - América Latina Logística e a empresa paranaense Cimento Paraná.

2º - Estabelecimento de tarifação básica que viabilize o transporte da matéria-prima, incluído o valor do ICMS.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Com a dificuldade na geração de empregos e crescimento econômico nos diversos setores da sociedade, nada mais justo e oportuno que darmos condições a empresas com visão empreendedora e com potencial de crescimento em nosso Estado.

A reativação do contrato de transporte ferroviário com a empresa paranaense Cimento Paraná, vem de encontro a esta perspectiva de geração de empregos e ao crescimento econômico que esta empresa tem produzido no Estado do Paraná.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

Autoria: Deputado Dr. Luciano Ducci

SÚMULA: Solicita a transferência, instalação e funcionamento do 13º Distrito Policial no Bairro Tatuquara, em Curitiba.

1º - Instalar a sede definitiva do Distrito Policial do Tatuquara, em Curitiba, provendo seu regular funcionamento.

2º - Proceder a instalação transferindo o 13º Distrito Policial do Tatuquara, sito à Rua Coronel Manoel E. de Assunção nº 414 no Jardim da Ordem, para o terreno doado à comunidade pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15 no Moradias Rio Bonito, Tatuquara.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O bairro Tatuquara em Curitiba, possui atualmente uma população superior a 80 mil pessoas e um dos mais altos índices de violência da Capital.

A região conta com o 13º Distrito Policial que hoje está estabelecido à Rua Tenente Coronel Manoel E. de Assunção nº 414, porém em instalações inadequadas. A comunidade, já há tempos se mobiliza para conseguir local mais adequado para a instalação do Distrito e atualmente recebeu a doação de um terreno com 222m2 sito à esquina da Rua 34 com a Rua 15, quadra 102, lote 15.

Por ser a segurança uma das principais metas desse governo, também o fato da região acima citada viver em total insegurança e da dificuldade encontrada pelas pessoas que ali residem em registrar e ver atendidas suas ocorrências policiais, é que proponho a presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 108

Autoria: Deputado Nelson Justus

SÚMULA: Propõe a instalação de uma CIRETRAN no Município de Santa Fé.

1º - A instalação de uma CIRETRAN no município de Santa Fé, tendo como área de abrangência o município do mesmo nome e os municípios de Lobato, Flórida, Nossa Senhora das Graças, Munhoz de Mello e Ângulo.

2º - A solicitação justifica-se tendo em vista que os moradores do município e região são obrigados a deslocarem-se até Astorga para requisitar quaisquer documentos, prestar exames psicotécnicos e práticos para retirada ou renovação de Carteira de Habilitação, demandando várias viagens e despesas até a finalização da documentação.

3º - Estamos anexando ofícios de prefeitos dos municípios acima referidos, fazendo a mesma reivindicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 109

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita a cessão de terreno de propriedade do IAPAR, localizado no Município de Londrina, para a OSCIP MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação e preservação desse patrimônio.

1º - A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exas., respeitosamente, para solicitar a cessão de três alqueires do terreno de propriedade do IAPAR, localizado na estrada São Miguel, no Município de Londrina, pelo instrumento legal cabível, para a OSCIP MAE - Meio Ambiente Equilibrado, para fins de restauração, conservação e preservação desse patrimônio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O referido terreno, que está localizado ao lado da sede do IAPAR em Londrina, não está sendo utilizado.

A OSCIP MAE, que tem realizado importantes trabalhos de promoção social nas áreas de educação ambiental e da saúde em Londrina, pleiteia a cessão dessa área de terras a fim de que possa restaurar a capela lá existente, para uso da comunidade, e utilizar o restante do terreno para a implantação de projeto de plantio de ervas medicinais e fabricação de complemento alimentar, que serão distribuídos a preço de custo à população de baixa renda.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110/2004

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando à transferência das instalações do Instituto de Identificação de Londrina para imóvel adequado ao seu funcionamento.

1º - A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, para solicitar providências visando a transferência das instalações do Instituto de Identificação de Londrina para imóvel adequado ao seu funcionamento, de propriedade do Estado ou locado, até que se construa sede própria para esse Órgão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Identificação de Londrina funciona em condições muito precárias e em local inapropriado para o seu funcionamento. Devido à insuficiência de pessoal para o atendimento, os usuários têm de enfrentar longas filas em espaço apertado, sem ventilação adequada, bebedouros e banheiros, o que tem gerado inúmeras reclamações.

Segue, anexa, reivindicação nesse sentido da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 111/2004

Autoria: Deputado Artagão Júnior

SÚMULA: Altera a vinculação do Município de Cambira à Circunscrição da CIRETRAN de Jandaia do Sul para Apucarana.

1º - Propõe ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN/PR), a mudar a jurisdição do Posto do DETRAN/PR de Cambira, atualmente circunscrita a CIRETRAN de Jandaia do Sul, para competência da CIRETRAN do Município de Apucarana.

2º - Justifica-se tal reivindicação em função do Município de Cambira estar intrinsecamente vinculado juridicamente, jurisdicionalmente, economicamente e socialmente ao Município de Apucarana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 112

Autoria: Deputado Renato Gaúcho

SÚMULA: Propõe ao Sr. Governador do Estado do Paraná a adoção de medidas que viabilizem o Governo do Estado cumprir e fazer cumprir o Estatuto do Idoso.

1º - Adequação da estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania inclusive com a criação, em caráter consultivo, do Conselho Estadual da Condição do Idoso.

2º - Adequação da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública com a criação de Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento dos Idosos.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Tanto a Constituição Federal quanto a Estadual garantem o tratamento isonômico entre os cidadãos, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, não é bem isso que acontece. A população idosa, além de sof-

rer preconceito, muitas vezes é vítima de maus tratos e abandono, não tendo, de forma visível, a quem recorrer. O Estatuto do Idoso pretende corrigir as falhas existentes.

O Governo do Paraná, ao preparar sua estrutura, estará demonstrando a sua atenção e seu respeito aos idosos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 113

Autoria: Deputado Jocelito Canto

SÚMULA: Sugere a criação do Programa Estadual “Vovô Meu Amigo”, que tem por objetivo primeiro a aproximação de crianças e idosos, possibilitando o acesso dos últimos aos ambientes das Escolas Estaduais de forma a compartilhar sua vida e experiências com crianças e jovens na construção de um Estado melhor.

1º - Sugere a criação de Programa Estadual “Vovô Meu Amigo”, que tem por objetivo primeiro a aproximação de crianças e idosos, possibilitando o acesso dos últimos aos ambientes das escolas estaduais de forma a compartilhar sua vida e experiências com crianças e jovens na construção de um Estado melhor.

2º - As instituições e associações de proteção e apoio à terceira idade, cadastradas nos Conselhos de Assistência Social poderão aderir ao Programa por meio de convênios firmados com o Governo do Estado do Paraná.

3º - Efetuando o convênio, cada escola poderá solicitar a presença de um grupo de idosos que, após treinamento específico, poderá colaborar em trabalhos escolares tais como oficinas de história, trabalhos artísticos e manuais, jardinagem, horta, bem como atendimento de portaria e pátio.

4º - A participação no Programa e o treinamento específico serão viabilizados sempre através das instituições e associações de apoio e proteção à terceira idade e não implicam em vínculo empregatício de qualquer natureza com o Estado do Paraná.

5º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais que se fizerem necessários para a realização dos treinamentos, bem como custeio de despesas necessárias para implementar o Programa.

6º - O Poder Executivo disciplinará as condições operacionais para implantação do Programa e demais incentivos de que trata a presente indicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, no passado, era visto como um país de jovens, seja pelas altas taxas de natalidade, seja pelas condições pouco satisfatórias que provocavam uma

expectativa de vida mais curta. Contudo, a partir de esforços do governo e da população e de avanços da medicina, a situação vem se revertendo. Atualmente a população idosa vem crescendo, o que gera a necessidade de criação de novos modelos de conduta em sociedade.

Como se pode verificar através de notícias vinculadas nos mais diversos meios de comunicação, proliferam casos de maus tratos e descaso para com os idosos que algumas vezes, embora física e mentalmente saudáveis, são relegados à inércia simplesmente pelo fato de contarem com mais de 60 anos de idade.

A solidariedade, o respeito, a humildade e o carinho se aprendem no contato com seres humanos, e nada mais bonito do que vê-lo florescer entre o novo e o velho. O idoso necessita da criança para que se lembre que está vivo e que ainda tem muito a oferecer ao mundo. A criança precisa do idoso para sentir-se amada, cuidada e aprender valores que só a experiência de vida pode repassar.

A presente Indicação não visa abrir vagas de trabalho, mas vagas de respeito e solidariedade nas escolas do Paraná, possibilitando a repartição de experiências de vida e conhecimento entre jovens e idosos.

Os idosos poderão ceder às escolas poucas horas no dia, interagindo com os alunos no desenvolvimento e ensino de atividades como o cultivo dos jardins e hortas, trabalhos manuais e artísticos, oficinas de histórias, além de auxiliar no cuidado das crianças no horário do recreio, entrada e saída da escola.

Essas atividades proporcionarão ao idoso a certeza de tornarem-se úteis à sociedade e farão com que os estudantes percebam as limitações dos outros seres humanos - a que estarão sujeitos no futuro - aprendendo a arte da vida em comunidade.

Face às razões elencadas, justifica-se a proposição da presente indicação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 114

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando à construção de uma escola estadual no Parque Universidade de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desses e dos bairros adjacentes.

1º - A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, para solicitar providências visando à construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª à 8ª séries e do ensino médio desse e dos bairros adjacentes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra de extrema importância para o Parque Universidade e bairros vizinhos, todos da periferia de Londrina.

Ocorre que os alunos desses bairros, pela falta de escola e de condições para custear o passe escolar, têm de caminhar cerca de quatro quilômetros até a escola mais próxima, localizada no Conjunto Avelino Pereira, ou a outras ainda mais distantes, expondo-se a riscos de violência e atropelamentos, uma vez que têm de atravessar a PR-445.

Consoante se pode constatar das inclusas reportagens dos jornais locais, a falta de escola no bairro é um problema que se arrasta sem solução há dez anos, o que tem gerado protestos dos moradores.

Ressalte-se, por fim, que a reivindicação é de conhecimento do Núcleo Regional de Ensino.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 115

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Sugere a adoção de medidas relativas a ALL - América Latina Logística.

O Deputado Estadual do Estado do Paraná, Hermes Fonseca Filho, se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1º - A ferrovia que corta o Estado do Paraná está em estado de abandono e sucateamento, por falta de manutenção.

2º - A Concessionária ALL - América Latina Logística desativou alguns trechos ferroviários prejudicando o transporte de algumas regiões do Estado.

3º - O patrimônio: as estações, as residências ao longo da ferrovia se encontram em estado de abandono.

4º - A Concessionária não executa os serviços de conservação da faixa de domínio provocando desconforto nas populações urbanas, aumentando o risco de acidentes nas travessias e infringindo posturas municipais.

5º - Se persistir tal conduta da Concessionária, o que será devolvido à União ao término da concessão?

Face ao exposto, sugerimos a V. Exa. que se tome medidas enérgicas e urgentes para que a ALL cumpra, no mínimo, as cláusulas do Contrato de Concessão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.04.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 116

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Indica alteração no Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros no Estado do Paraná.

1º - No Decreto nº 1821/2000, que regulamentou o Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, indicamos a alteração do *caput* do artigo 83 - seção IV, que passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Seção IV

De Trabalhadores e Estudantes Universitários

Art. 83 - O serviço especial de Trabalhadores e Estudantes Universitários será autorizado mediante licenças a título precário, a requerimento do interessado, e destinar-se-á ao transporte de pessoas vinculadas a obras civis, indústrias e atividades agro-industriais e estudantes universitários matriculados, em instituições de ensino superior no Estado do Paraná."

II - O acatamento da presente proposição, alterando o regulamento do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal, trará enormes benefícios aos estudantes universitários que estudam nas nossas instituições de ensino superior com dificuldades financeiras, proporcionando um grande alento à continuidade de seus estudos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 117

Autoria: Deputado Hermes Fonseca

SÚMULA: Propõe a estadualização da Estrada Municipal do trecho Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão.

1º - Que seja estadualizado o trecho da Estrada Inter-Municipal que vai do Distrito de Palmeirinha à Cidade de Campina do Simão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste amplo na malha rodoviária daquela localidade.

Com a conservação pelo DER-5ª Região dessa estrada com cerca de 60 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região restaria beneficiada com os gastos municipais.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também, uma maior arrecadação estadual.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119

Autoria: Deputado Plauto Miró Guimarães

SÚMULA: Sugere a criação de cargos Ouvidor Geral junto à Secretaria de Estado de Ciência e

Tecnologia, para lotação nas Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná..

1º - Criar, junto à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia cargos de Ouvidor Geral, para lotação em cada uma das Instituições de Ensino Superior do Estado, que a nomeação do Ouvidor Geral pelo Governador do Estado, segundo critérios e condições que entender apropriados, recaiam em pessoa sem vínculo de qualquer natureza com a administração, o corpo docente ou discente da Instituição de Ensino Superior na qual venha a ser lotado.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 17.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Considerando a impossibilidade de corrente de óbice constitucional para apresentação de projetos de lei que importem em interferência na seara administrativa, especificamente a criação de cargos no Poder Executivo, por iniciativa do Poder Legislativo.

Considerando que proposta dessa natureza caracterizaria uma indevida interferência entre os Poderes do Estado.

Considerando, todavia, que não poderia omitir-me ante as graves irregularidades denunciadas pela mídia relativamente às IES, que inclusive motivaram a criação de uma CPI das IES nesta Assembléia Legislativa, utilizo-me da prerrogativa parlamentar da Indicação, prevista no Regimento desta Casa, artigo 128, alterado pela Resolução 003/2003, para sugerir ao senhor governador a criação do cargo de Ouvidor junto as IES, objetivando abrir canais de comunicação ágeis, para que sejam mais prontamente apuradas e tomadas as providências, relativamente às irregularidades verificadas nessas instituições de ensino, de modo a que cumpram, sem desvios, a sua função institucional.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 120

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando a construção de laboratórios de Ciências, Física, Química e Biologia e a implantação do Ensino Médio na Escola Estadual do Jardim São Francisco, no Município de Londrina.

1º - A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosa-mente, para solicitar o seu empenho na construção de um Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia na Escola Estadual do Jardim São Francisco, no Município de Londrina, bem como na implantação do Ensino Médio nesse estabelecimento escolar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Consoante se verifica do incluso Ofício nº 034/2004, da Direção da Escola Estadual do Jardim São Francisco, a construção de um Laboratório de Ciências, Física, Química e Biologia se faz necessária para a implantação do Ensino Médio nessa Escola, que atualmente atende apenas aos estudantes do Ensino Fundamental.

As razões para a sua implantação são inúmeras: a demanda de estudantes é grande; há insuficiência de vagas nas escolas mais próximas; o bairro é distante do centro da Cidade, apenas uma linha de ônibus atende à população e os estudantes enfrentam risco de atropelamento, porque têm que atravessar a Avenida Tiradentes e a PR-445, que são vias de intenso trânsito de veículos, para frequentar a escola mais próxima.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 121

Autoria: Deputado Durval Amaral

SÚMULA: Sugere o acréscimo de vagas nos Conselhos Administrativos e Consultivos dos entes da Administração Direta e Indireta, conforme especifica.

1º - Que na estrutura administrativa dos órgãos da administração direta e dos entes da administração indireta, fundacional, de cooperação, de gestão e das organizações sociais autônomas do Poder Executivo, que disponham de conselhos de administração e ou consultivo, seja acrescida, em sua composição, uma vaga a mais de conselheiro e respectivo suplente, mediante as modificações administrativas necessárias.

2º - Que o respectivo conselheiro seja indicado pelas associações devidamente constituídas e formalizadas segundo legislação própria, até a data da publicação da respectiva lei e cujo objetivo social seja, no mínimo, e/ou em conjunto, o da defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público.

3º - Que o conselheiro seja nomeado pelo Governador do Estado e nos conselhos das sociedades de economia mista na forma prevista na legislação que as rege, mediante indicação do Chefe do Poder Executivo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Nos dias atuais, é necessário que o controle da administração pública seja cada vez mais intenso. Para tanto é fundamental que seja exercido mais perto da origem dos atos administrativos, evitando que o

ato viciado se propague causando danos mais intensos.

O objetivo desta proposição legislativa é, portanto, o de ampliar o controle popular sobre os atos da administração pública, dando-lhe também maior transparência além de evitar que eventual ato irregular passe a produzir efeitos fora do âmbito da administração pública, mediante a participação de conselheiros representantes de sociedades que tenham como finalidade a defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público, especificamente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 123

Autoria: Deputado Reni Pereira

SÚMULA: Sugere que seja incluído nos estudos da construção da segunda ponte, que ligará Foz do Iguaçu a P. Franco no Paraguai, a possibilidade de a mesma conter uma ligação ferroviária.

1º - A inclusão nos estudos da construção da segunda ponte, a qual ligará Foz do Iguaçu a Puerto Franco no Paraguai, da possibilidade de a mesma conter uma ligação ferroviária, ou seja, com pista rodo-viária e ferroviária, a qual seria uma extensão da Ferroeste e, também, a ferrovia do Mercosul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08.12.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

A construção dessa segunda ponte, além de representar um grande avanço para a economia dos dois países, solidificará ainda mais os laços políticos, de amizade e comerciais entre as duas nações, representando um passo decisivo no processo de integração entre Brasil e Paraguai. A construção da ligação férrea, juntamente com a rodoviária, num momento em que o mundo vive o processo da globalização é de suma importância para o Estado, o País e a América Latina como um todo, uma vez que será possível fazer um escoamento da produção do Paraguai e do nordeste da Argentina até o porto de Paranaguá, além de assegurar o acesso ao Pacífico, proporcionando maiores condições de competitividade dos produtos gerados na região da tríplice fronteira e aumentando o nosso poder no mercado internacional através dessa integração das economias.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 124

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Centro de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET), em Universidade Tecnológica.

1º - A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e atendendo solicitação da Câmara Municipal de Campo Mourão, dirige-se a V. Exa. para solicitar urgência no encaminhamento do projeto que transforma o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - Cefet, em Universidade Tecnológica.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Os alunos do Cefet, após o término do segundo grau, têm que procurar outros centros para ingressarem nos cursos universitários correspondentes à sua formação técnica.

Além disso, a implantação dessa Universidade trará um grande avanço científico e tecnológico para o Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 125

Autoria: Deputada Elza Correia

SÚMULA: Solicita providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Ouro Branco, de Londrina, a fim de atender a alunos da 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio.

1º - A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, em atendimento à solicitação da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco, de Londrina, para solicitar providências visando a construção de uma escola estadual naquele bairro, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.03.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Consoante se verifica do incluso ofício da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco, trata-se de antiga reivindicação dos moradores desse bairro, cujos filhos têm de se deslocar para bairros distantes, muitos deles a pé, pela falta de condições para custear o passe escolar, a fim de ter acesso à educação.

Por oportuno, informamos que a referida Associação já encaminhou pedido ao prefeito do município de Londrina para a desapropriação do terreno localizado na Rua das Petúnias esquina com a Rua Madre Henriqueta Dominici, naquele bairro, e posterior doação ao Estado, para construção da referida escola.

Por fim, releva notar que a reivindicação é de conhecimento da chefia do Núcleo Regional de Ensino, que tem participado de reuniões com a comunidade, juntamente com esta deputada, para tratar desse assunto.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 126

Autoria: Deputado Tadeu Veneri

SÚMULA: Sugere a aplicação de penalidades à prática de “assédio moral” nas dependências da administração pública estadual direta e indireta por servidores públicos estaduais.

O Deputado Tadeu Veneri dirige-se a Vossa Excelência para expor e reivindicar o seguinte:

O envio de Mensagem Governamental objetivando a inserção dos seguintes dispositivos na Lei 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabeleceu o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná:

“Art. - Ficam os servidores públicos estaduais sujeitos às seguintes penalidades administrativas na prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual:

I - curso de reciclagem e aprimoramento profissional;

II - suspensão;

III - multa;

IV - exoneração.

§ 1º - Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações

de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência, subestimar esforços;

§ 2º - A multa de que trata o inciso III deste artigo terá um valor mínimo de 50% do salário-mínimo nacional, tendo como limite máximo a metade dos rendimentos do servidor.

Art. - Os procedimentos administrativos do disposto no artigo anterior serão iniciados por provocação da parte ofendida ou pela autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo Único - Fica assegurado ao servidor o direito de ampla defesa das acusações que lhe forem imputadas, sob pena de nulidade.

Art. - As penalidades a serem aplicadas serão decididas em processo administrativo, de forma progressiva, considerada a reincidência e a gravidade da ação.

§ 1º - As penas de curso de aprimoramento profissional, suspensão e multa deverão ser objeto de notificação por escrito ao servidor infrator;

§ 2º - A pena de suspensão poderá, quando houver conveniência para o serviço, ser convertida em multa, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer no exercício da função.

Art. - A receita proveniente das multas deverá ser investida integralmente a programa de aprimoramento profissional do servidor naquela unidade administrativa.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.06.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário